

Problema semântico fundamental do direito privado solucionado pelo método combinado

The fundamental semantic problem of private law solved by the combined method

Fábio César Scherer¹
Universidade Estadual de Campinas

RESUMO: O pressuposto geral deste trabalho é o de que o Kant crítico deve ser entendido como um filósofo que emprega alguns aspectos da lógica formal (leis formais do entendimento e da razão) e da matemática (método), juntamente com uma interpretação semântica dos conceitos e juízos da razão em geral, para resolver problemas de ordem especulativa, prática ou estética. O objeto selecionado de estudo e/ou aplicação desta interpretação é a teoria dos juízos sintéticos *a priori* do direito privado em *Metaphysische Anfangsgründe der Rechtslehre*. A proposta do artigo é reconstruí-la (tal teoria), mediante a identificação e a organização dos passos efetivos da pesquisa kantiana, de acordo com o método combinado e a semântica transcendental.

Palavras-chave: direito privado, posse inteligível, método de análise e síntese, teoria do significado e da referência dos conceitos.

ABSTRACT: The general assumption of this paper is that the critical Kant must be understood as a philosopher that uses some aspects of formal logic (formal laws of understanding and reason) and mathematics (method), along with a semantic interpretation of the concepts and judgments of reason in general, to solve problems of speculative, practical and aesthetic nature. The main subject and/or application of this interpretation is the theory of synthetic *a priori* judgments of private law in *Metaphysische Anfangsgründe der Rechtslehre*. The purpose of this article is to reconstruct this theory by identifying and organizing the actual steps of Kantian research according to the combined method and transcendental semantics.

Key words: private law, intelligible ownership, methods of analysis and synthesis, theory of meaning and concept reference.

¹Doutor em Filosofia pela Unicamp. Rua Luiz Vicentim Sobrinho, 614, Vila Santa Izabel, 13084-030, Campinas, SP, Brasil. E-mail: schererfabio@hotmail.com.

Introdução

O ponto de partida (motivo) do direito em Kant é o uso externo da liberdade. O que se busca no direito é a racionalização deste uso, a qual conduz, por sua vez, à necessidade da paz perpétua (fim último do direito e da política). Logo, a finalidade geral do direito kantiano é o uso externo da liberdade controlado racionalmente; para tanto, o direito se ocupa em determinar, grosso modo, uma regra geral do uso externo da liberdade em geral entre diferentes usuários. A posse (inteligível) é a condição racional para o uso externo da liberdade. O problema originário do direito kantiano é determinar como é possível um meu e um teu externos, problema esse que implica o de determinar como é possível uma posse meramente jurídica. A solução desses dois problemas do direito, por sua vez, pressupõe a determinação de como é possível uma proposição jurídica sintética *a priori*. Essa pergunta pela satisfazibilidade de proposições sintéticas *a priori* do direito em geral constitui o problema fundamental da semântica jurídica de Kant. A solução, no âmbito do direito privado, é dada pela dedução do conceito de posse inteligível e pela explicitação de regras de aplicação desse conceito ao domínio de ações efetivamente possíveis. Porém, qual é a natureza do procedimento utilizado por Kant para encontrar e provar a solução desse problema?

Os problemas jurídico-políticos, incluindo o problema fundamental do direito, são operados segundo o método de análise e síntese. Enquanto prova adicional – além das que podem ser encontradas em outras obras críticas –, pode ser citado o primeiro parágrafo da conclusão geral da doutrina do direito (cf. Kant, 1983e, B 263). Neste fragmento, o filósofo refere-se às primeira e segunda etapas da análise (transformação e análise propriamente dita) do método combinado (em que se pressupõe que uma ou outra coisa seja possível e se busca pelas condições para isso), bem como ao tratamento dado pelo procedimento analítico aos problemas teóricos e práticos. Estes dois tipos possíveis de problemas podem ser pensados analogamente (e respectivamente) com os problemas teóricos e problemáticos da descrição pappusiana do método de análise e síntese. Nos teóricos se busca descobrir uma verdade de uma proposição. O propósito da solução de problemas práticos – tais como: o que devo fazer, o que é permitido, como se pode obter a paz perpétua – não é demonstrar a verdade, mas gerar certas ações (objetos) que satisfaçam determinadas certas condições que são dadas *a priori*.

No entanto, apesar de não haver dúvidas quanto ao conhecimento, bem como ao efetivo manuseio do método combinado pelo professor de lógica e de metafísica de Königsberg em sua *Rechtslehre*, há dificuldades de entender como esse procedimento foi posto em prática. Primeiro, há mistura de movimentos analíticos e sintéticos na resolução de problemas. O escrito jurídico de 1797 foi, no geral, escrito sinteticamente. Na coletânea *Vorarbeiten zur Rechtslehre* (1796-1797), a etapa analítica é predominante. Essa caracterização do uso do método é, naturalmente, genérica. Ela lembra a questão do emprego do método na filosofia especulativa (cf. Kant, 1983a, A 38-9), em que há uma diferença entre o que é dito e o que é realmente feito. Na filosofia jurídico-política, os *Vorarbeiten zur Rechtslehre* não descrevem a pesquisa jurídica efetiva em todas as suas partes analiticamente importantes, bem como o texto *Rechtslehre* conta com a presença tanto dos procedimentos de análise quanto de síntese, particularmente, no direito privado e no direito do Estado. Segundo, os problemas são escalonados. Há vários ciclos de problemas, na maior parte, interligados. A resolução de uma problemática geral de acordo com o método de análise e síntese engloba pequenas resoluções de problemas também solucionadas em conformidade com este método. Terceiro, os passos, seja do movimento de análise, seja do movimento de síntese, nem sempre estão claros; além disso, deve

se contar com a ausência de alguns passos. Quarto, as dificuldades/desencontros no ordenamento do texto jurídico kantiano – o que abre campo para o questionamento da ordem (apropriada) do texto – comprometem a identificação precisa de alguns passos, fragilizando, em certa medida, a estruturação dos problemas jurídicos num todo. Normalmente, esses pontos seriam avaliados enquanto elementos desencorajadores para uma investigação estrutural e epistêmica de qualquer obra. Todavia, o movimento visado não somente se opõe a essa tendência, como encontra a fundamentação de sua justificativa nessas dificuldades.

A reconstrução da teoria semântica dos juízos jurídicos *a priori* do direito privado presente em *Metaphysische Anfangsgründe der Rechtslehre*, mediante a identificação e a organização – orientada numa leitura semântica no interior do método de análise e síntese – dos passos efetivos da pesquisa kantiana é a tarefa que proponho desenvolver neste artigo². Tal investigação, se bem-sucedida, evidenciará a ordem sistemática e a relevância de diferentes resultados da pesquisa jurídica de Kant. Vale salientar de antemão que o escrito *Rechtslehre* trabalha somente com o problema de provar a possibilidade lógica e a realidade objetiva prática de juízos do tipo “este objeto de uso externo é meu”. Esse primeiro problema da semântica determina se esses juízos sintéticos *podem* vigorar *a priori* e, logo, se é *possível* legislar por meio deles. O segundo problema da semântica jurídico-política, que se incumbe de decidir quais proposições jurídicas de fato vigoram ou não, será solucionado no subcampo da política, a ser explorado num outro artigo. No que diz respeito à análise do direito privado sob a perspectiva semântica, ela já foi desenvolvida por Loparic no seu artigo *O problema fundamental da semântica jurídica de Kant* (2003). Assim sendo, resta-me mostrar como Kant operou com o método combinado na “construção” de sua semântica jurídica.

Problema semântico fundamental do direito privado conforme o método de análise e síntese

A solução do problema específico da semântica jurídica kantiana do direito privado envolve três ciclos de problemas, como mencionado. Primeiro, o da possibilidade do uso externo do meu e do teu sem violência. Segundo, o da possibilidade de uma posse meramente jurídica. Terceiro, o da possibilidade de proposição sintética *a priori* do direito. A solução do primeiro leva ao segundo problema. A solução do segundo problema conduz, por sua vez, ao terceiro problema. A solução do terceiro problema garante a solução do segundo problema, que, por sua vez, assegura a solução do primeiro problema. Esses problemas são escalonados e interligados progressivamente, sendo a solução do problema último válida regressivamente aos demais e fundamental para a solução do problema originário. No que diz respeito ao emprego do método de análise e síntese na solução desses problemas, há também três principais aplicações. Para a solução do primeiro problema é empregada somente a etapa de análise. O mesmo procedimento é adotado para a solução do segundo problema. Já no terceiro problema são utilizadas tanto a etapa analítica quanto a sintética.

A primeira parte do método pappusiano consiste na enunciação do problema. Esse é composto pela apresentação de dados iniciais do problema, pelo anúncio do que é buscado e pela exemplificação da coisa buscada. Os dados iniciais do proble-

² Esse texto é resultado de uma pesquisa mais ampla (de doutorado) sobre a “teoria kantiana dos juízos jurídico-políticos *a priori* segundo o método de análise e síntese”, desenvolvida na Unicamp e na *Humboldt-Universität zu Berlin*. O trabalho doutoral foi orientado pelo Prof. Dr. Zeljko Loparic e pelo Prof. Dr. Volker Gerhardt e financiado pela FAPESP (2006 e 2009) e pelo DAAD (2007 e 2008).

ma jurídico fundamental – tratado no primeiro capítulo do direito privado³ – foram construídos e expostos pelo filósofo prussiano, de forma geral, nos prolegômenos à metafísica dos costumes e, de forma específica, nos prolegômenos à doutrina do direito. Como é de se esperar, os resultados alcançados na introdução à doutrina do direito – também operados de acordo com o método combinado e em conformidade com condições semânticas – são componentes cruciais e operadores diretos para a formulação e resolução do problema da doutrina do direito privado (cf. Kant, 1983e, B 31-8). Entre eles, se destaca a determinação do conceito de direito, do conceito real de ação externa restritiva legítima, do axioma do direito e do conceito de coerção mútua universal externa. O objetivo geral da semântica jurídica kantiana é a fundamentação do exercício livre da liberdade externa sem violência. Dado que a condição subjetiva da possibilidade do uso da liberdade externa em geral, segundo Kant, é a *posse*, o que se busca é determinar como é possível o meu e o teu exterior em geral. Um exemplo do que buscado é o juízo geral: “Este objeto externo é meu”.

O movimento de análise é marcado por três momentos. Na primeira fase do método pappusiano, supõe-se o problema como solucionado e seu objeto como existente (transformação). No entanto, nem sempre tal forma de proceder foi seguida ao pé da letra por Kant. De acordo com a descrição de sua prática de manuseio do método, presente no texto *Prolegomena* e na segunda edição da *Kritik der reinen Vernunft*, o seu ponto de partida é efetivamente dado e confiável e não somente considerado *como se fosse* dado e confiável (cf. Kant, 1983a, A 39). No primeiro capítulo da doutrina do direito privado, esse procedimento é apresentado parcialmente no § 1 (cf. Kant, 1983e, B 55-6)⁴. O filósofo de Königsberg inicia com a apresentação da definição do juridicamente meu e com a premissa de que a posse é a condição subjetiva da possibilidade do uso em geral⁵. Em seguida, justifica analiticamente que o conceito de posse deve possuir necessariamente dois sentidos e os qualifica enquanto posse física e inteligível. Esses dados são fundamentais para a solução dos três problemas da semântica jurídica do direito privado, sendo empregados, principalmente, na operação dos dois primeiros problemas. Na segunda etapa da análise, procura-se pelas condições necessárias de possibilidade do problema inicial exposto enquanto efetivamente solucionado (análise propriamente dita). Esse movimento ascendente em busca das condições de possibilidade da coisa procurada (problema originário do direito privado) encontra-se no § 2. As principais condições necessárias encontradas para o primeiro problema são: o postulado jurídico da razão prática (uma consequência indemonstrável da lei moral), a sua caracterização enquanto lei permissiva da razão prática e a possibilidade objetiva da posse física e da jurídica. O terceiro momento da etapa analítica (resolução), que se ocupa em provar a legitimidade das condições *a priori* identificadas na análise propriamente dita, é, quanto ao primeiro problema, por assim dizer, “adiado”, já que surgem com

³ A semântica jurídica kantiana no direito privado é desenvolvida fundamentalmente no primeiro capítulo do direito privado. O segundo capítulo ocupa-se com a questão: “como posso adquirir algo exteriormente”, e sua resposta é tratada de acordo com os três objetos exteriores do arbítrio, respectivamente, direito a uma coisa (primeira seção), direito a uma pessoa (segunda seção) e direito a uma pessoa com afinidade com o direito a uma coisa (terceira seção). O terceiro capítulo trata da aquisição subjetivamente condicionada pela sentença de uma jurisdição pública.

⁴ Utilizarei a divisão original feita em “§”, seguida da letra ou número correspondente, e reservarei o termo “parágrafo” (segundo denominação usual) para referir-se à divisão interna do “§”. O objetivo é facilitar a compreensão do leitor e evitar repetição desnecessária de termos.

⁵ Essa premissa é apresentada por Kant bruscamente, isto é, sem fundamentar como é possível estabelecer uma ligação necessária entre uso da liberdade externa em geral e a posse de um objeto externo do arbítrio. É também com essa premissa que o filósofo introduz explicitamente a teoria da “propriedade” enquanto fio-condutor e justificativa do direito. Vale notar que, no século XVIII, havia várias teorias conhecidas quanto ao direito privado, sendo uma opção de Kant servir-se de uma teoria da “posse” – que, aliás, já não era mais tão usual – para construção de sua semântica jurídico-política (cf. Koslowski, 1985).

essa última condição novos problemas: o de garantir a realidade objetiva prática e a efetividade da posse meramente jurídica. Esse problema desponta no final do § 3, ainda que seja referido apenas no início do § 6. Antes de adentrar nesse segundo problema, detalharei os passos do problema de determinar como são possíveis o meu e o teu exteriores.

Como são possíveis um meu e um teu exteriores?

O primeiro requisito da teoria da satisfazibilidade das proposições sintéticas em geral é fornecido pelos princípios de identidade e de contradição. O cumprimento desta condição formal pelos conceitos-chave do problema é imprescindível. No presente caso, trata-se da possibilidade lógica do conceito de posse física e, sobretudo, de posse não-empírica. Segundo o filósofo, para a crítica da razão prático-jurídica quanto ao conceito do meu e teu externos, essa razão se vê obrigada a provar a possibilidade de tal conceito, através de uma antinomia de proposições. Por um lado, há a tese que afirma: “é possível ter algo exterior como meu, ainda que eu não esteja de sua posse” e, por outro lado, há a antítese que sustenta: “não é possível ter algo exterior como meu, se não estou de posse dele” (cf. Kant, 1983e, B 71-2). A solução desta dialética inevitável – em que tese e antítese reclamam validade sobre duas condições entre si contraditórias – advém do fato de que a razão prática não admite contradição e, desta forma, encontra-se forçada a distinguir posse enquanto fenômeno e posse inteligível. O recurso lógico (pertencente à lógica não-clássica) de modalização por um adjetivo para uma proposição foi empregado por Kant para acrescentar essa diferenciação, respectivamente, entre posse física e posse não-física na antinomia das proposições acima. Na tese, a palavra “posse” recebe o adjetivo “empírica” (*possessio phaenomenon*) e, na antítese, ela obtém o adjetivo “inteligível” (*possessio noumenon*). Desta forma, dissolve-se a contradição, demonstra-se que ambas as proposições são verdadeiras e, sobretudo, se determina a possibilidade lógica do conceito do meu e teu externos e, com isso, da posse física e não-física. Este procedimento é apresentado resumidamente no segundo parágrafo do § 1 e detalhado no final do § 7.

O ponto de partida semântico da “análise propriamente dita” para o problema originário do direito privado é o postulado jurídico da razão prática. O primeiro passo na solução do problema na teoria semântica kantiana em que há uma proposição logicamente consistente é o da sua possibilidade objetiva. Imagino Kant se perguntando: é possível ter como meus objetos externos do meu arbítrio? Há duas respostas logicamente possíveis para essa questão: ou é possível ou não é possível ter como meus objetos do meu arbítrio. Uma máxima convertida em lei que negue a possibilidade de possuir objetos externos do meu arbítrio, conforme o filósofo, é contrária ao axioma do direito (deduzido do conceito de ação externa restritiva legítima), especificamente, não é compatível com a liberdade de cada um segundo uma lei universal, posto que a posse é a condição subjetiva de possibilidade do uso em geral (premissa anunciada no § 1) e que por “tomada de posse” de um objeto se subentende uma decisão de usá-lo arbitrariamente. Por conseguinte, aplicando o princípio do terceiro excluído, se é contrário ao direito que um objeto do arbítrio em si (objetivamente) não tenha dono, então, é possível que ele tenha um dono, já que não há (logicamente) uma terceira alternativa. Essa conclusão é denominada de postulado jurídico da razão prática. A sua primeira formulação, apresentada no início do § 2, reza que é facultado (*möglich*) pelo axioma do direito ter como meu

qualquer objeto externo do meu arbítrio⁶. Esse postulado foi reformulado várias vezes no decorrer da obra (cf. Kant, 1983e, B 56, 67, 75-6).

O próximo passo, após facultado a posse exterior, consiste em responder a questão: como é possível ter um meu e um teu exterior? Decorrente dos dados efetivamente assumidos na solução do problema na fase de transformação, expostos no § 1 (demonstrados no final § 5), há duas possibilidades: física e não-física (jurídica). A solução para possibilidade objetiva de posse física de um objeto exterior do meu arbítrio pode ser extraída da própria definição do conceito de objeto do arbítrio. Segundo Kant, objeto do meu arbítrio é “algo cujo uso está *fisicamente* no meu poder” (Kant, 1983e, B 57), isto é, algo que tenho condições físicas de fazer uso ou de tomar posse do objeto⁷. Quanto ao problema da possibilidade objetiva de posse jurídica do objeto do arbítrio, ele é resolvido mediante a aplicação do princípio da razão suficiente, mais precisamente, por *modus ponens* (se $\sim p \rightarrow \sim Q$ / $\sim Q$ não é possível/logo: p). De acordo com o filósofo: se o uso jurídico do objeto do arbítrio não fosse também possível, a liberdade privar-se-ia a si própria de fazer uso do seu arbítrio em relação a um objeto do mesmo, ao impossibilitar o uso de objetos utilizáveis (1. premissa), convertendo-os em *res nullius* do ponto de vista prático. Considerando (pressuposto) a característica dos fundamentos da razão prática pura (leis formais do uso do seu arbítrio), segue que a liberdade não pode conter nenhuma proibição absoluta de usar objetos utilizáveis (2. premissa) – dado que isso implicaria uma contradição da liberdade exterior consigo mesma. Logo, é possível também a posse jurídica de objetos utilizáveis. Em outros termos, a implicação (entre o primeiro e segundo termo) na primeira premissa pode ser assim resumida: no caso de ser impossível a posse jurídica do objeto do meu arbítrio, o axioma do direito (uma das primeiras leis da liberdade exterior) coibiria o uso da própria liberdade ao permitir o impedimento do arbítrio em sua decisão de usar os seus próprios objetos, o que gera uma contradição da liberdade exterior consigo mesma. A possibilidade de convivência/omissão dessa contradição dentro do sistema prático é descartada na segunda premissa. A razão prática pura não pode, por um lado, prescrever (somente) leis formais enquanto fundamento para o uso do arbítrio, ocupando-se apenas da forma do objeto do arbítrio, e, por um outro, conter uma proibição absoluta do uso de objetos do meu arbítrio. Por conseguinte, a possibilidade objetiva (realidade objetiva prática) de posse jurídica dos objetos do meu arbítrio é “uma consequência imediata” do postulado da razão prática (cf. Kant, 1983e, B 67, 72, 75-6)⁸.

Uma vez admitida a possibilidade objetiva da posse jurídica, é necessário distinguir este tipo de posse da posse física. Uma qualificação conforme os pares de conceitos poder/controle do objeto do arbítrio e capacidade física/ato do arbítrio é oferecida na sequência. Aquele uso do objeto que é assegurado somente pela capacidade física do arbítrio, a partir do qual se pode declarar que o uso do objeto

⁶ A tradução mais apropriada de “*möglich*” nesse caso, como sinalizado por Loparic (cf. 2003, p. 499), é “facultado”, posto que o postulado do direito expressa, de acordo com Kant, uma capacidade ou faculdade moral de impor unilateralmente obrigações às demais pessoas com as quais interagimos livremente (cf. Kant, 1983e, B 44).

⁷ O critério determinante dessa qualificação de posse física são as condições (tipo de condições) que tenho para fazer uso do objeto; não devendo, portanto, ser confundida com a posse em si do objeto – o que implicaria o equívoco de designar o objeto do arbítrio enquanto objeto de que tenho posse.

⁸ Esse procedimento de derivação de realidade objetiva é similar ao realizado com o conceito de liberdade, derivado da lei moral, em *Kritik der praktischen Vernunft*. Em ambos os casos, a realidade objetiva é estabelecida por uma consequência imediata de uma lei, e o conceito deduzido permanece, mesmo depois de ter sido demonstrado praticamente possível e efetivo, incompreensível para a razão especulativa (cf. Kant, 1983c, A 85; 1983e, B 67, 72). O que se garante com a dedução é tão somente que o conceito deduzido contém fundamentos da possibilidade da experiência.

está sob o meu poder (*potentia*), é denominado de posse física. A posse jurídica, por sua vez, pressupõe, além da capacidade física, também um ato do arbítrio, de maneira que uma declaração de posse jurídica implica o controle – *Gewalt* – (*in potestatem meam redactum*) do objeto (cf. Kant, 1983e, B 57). O filósofo de Königsberg finaliza esse § 2 retomando o início do segundo parágrafo e conclui reafirmando/ampliando o postulado jurídico da razão prática. Segundo o autor, para pensar o objeto do meu arbítrio basta ter ciência de que o tenho em meu poder (posse física). Logo, é “uma pressuposição *a priori* da razão prática considerar e tratar qualquer objeto do meu arbítrio como meu e teu objetivamente possíveis” (Kant, 1983e, B 58). Se observarmos pelo prisma metodológico os dois primeiros parágrafos do § 2, pode-se constatar que Kant utiliza o procedimento de reversibilidade do processo de análise e síntese, já que deduz as premissas procuradas e constrói efetivamente os dados a partir do postulado jurídico da razão prática (proposição inicial). Este tipo de procedimento de análise também inclui, no geral, a técnica de *reductio ad absurdum*, a qual comumente é empregada juntamente com outros recursos lógicos (princípio da razão suficiente e princípio do terceiro excluído).

O postulado jurídico da razão prática não ordena nem proíbe que 1) possa haver outro tipo de posse além da posse encerrada no conceito de objeto do meu arbítrio, porém a permite, e, com isso, autoriza também, dado a facultação do conceito de posse exterior em geral, 2) a submeter aos demais uma obrigatoriedade de se absterem do uso de certos objetos, podendo esse postulado, assim, ser chamado (duplamente) também de lei permissiva (*Erlaubnisgesetz* – cf. Kant, 1983e, B 58, 93) ou postulado da facultação. Se o pronome possessivo “meu” do enunciado do postulado (cf. Kant, 1983e, B 56) for interpretado no sentido empírico – determinado por condições espaço-temporais – o postulado do direito é um juízo analítico, uma vez que não vai além da aplicação do axioma do direito que, aliás, é também uma proposição analítica. Se, por outro lado, o predicado “meu” da proposição do postulado for pensado enquanto posse inteligível, o postulado do direito passa a ser um juízo sintético *a priori*, já que ele “não pode ser derivado dos meros conceitos de direito em geral” (Kant, 1983e, B 58). Essas interpretações do predicado “meu”, particularmente a jurídica, “preenchem” o conceito de posse, o qual, por sua vez, inclui uma autorização de impor a todos os demais uma obrigatoriedade – que de outro modo não teriam – de abster-se de usar certos objetos de nosso arbítrio, porque fomos os primeiros a tomar a decisão de usar tais objetos, isto é, de nos apossarmos deles (cf. Kant, 1983e). Quando declaro “esse objeto é meu”, somente reclamo a faculdade de coagir os outros agentes que queiram usá-lo sem meu prévio consentimento e, desse modo, venham a obstaculizar o meu uso irrestrito do objeto. Essa autorização de coação unilateral, assim como o conceito de posse exterior, principalmente no que diz respeito à possibilidade objetiva de posse jurídica, é permitida pelo postulado jurídico da razão prática e, por ultrapassar seja o conteúdo do enunciado desse postulado, seja o axioma do direito, afirma algo de novo e amplia *a priori* o uso da razão prática. A realidade prática objetiva do conceito de posse jurídica é decorrente da facultação do meu e teu exterior (expresso via postulado), conseqüentemente, da competência de exercer coerção unilateral.

Os três parágrafos do § 2 correspondem a três momentos. O primeiro momento trata a possibilidade ou não-possibilidade de ter como meu um objeto exterior do meu arbítrio. A solução para esse problema, operada conforme procedimento de análise, inclui outro problema (segundo momento): como é possível ter como meu um objeto? Mais especificamente, se é possível ter também juridicamente como

meu um objeto?⁹ O terceiro momento é referente à designação do postulado da razão prática do direito enquanto uma lei permissiva do direito. As resoluções desses problemas podem ser divididas em três partes, correspondentes, respectivamente, aos parágrafos e aos momentos do § 2: (a) transformação; (b) análise propriamente dita; (c) extração de consequências. Esse procedimento analítico encontra-se, como é notório, dentro do movimento de análise do problema originário. A finalidade é gerar dados ou condições para o problema maior.

Como é possível uma posse meramente jurídica?

A tese exposta no § 3 – resultante da questão heurística: o que significa declarar que um objeto externo é meu ou teu; cuja resposta é deduzida do segundo parágrafo do § 2 (possibilidade objetiva da posse jurídica) – consiste em defender que a posse jurídica é a única condição de uso dos objetos do meu arbítrio. Esse “novo” dado na argumentação corresponde à primeira parte do segundo parágrafo do § 1 (etapa de transformação do problema originário), em que se afirma que “algo exterior seria meu somente se eu pudesse admitir que o uso que qualquer outro faça de uma coisa pode me lesionar, ainda que eu não esteja de posse dela” (Kant, 1983e, B 55-6). Em outras palavras, somente posso declarar que um objeto é legitimamente meu se tiver a posse legítima desse objeto. O filósofo prussiano “exclui”, assim, a posse física enquanto condição da posse de um objeto exterior e defende que este papel é de responsabilidade da posse jurídica. A justificativa para essa tese (resposta à pergunta: como se deduz que a posse jurídica é a condição de uso dos objetos do meu arbítrio?) é a de que a posse física está ligada com a liberdade interior do sujeito que detém o objeto, de modo que a retirada (por um terceiro) do objeto defendido fisicamente por esse sujeito não lesionaria um direito exterior, mas somente um direito interior do sujeito sobre si mesmo. Caso esse sujeito pudesse afirmar que possui o objeto mesmo quando não o detém – e havendo a perturbação do uso arbitrário desse objeto –, haveria, então, uma lesão ao direito exterior. O § 3, mediante esse “novo” dado na resolução do problema originário, demarca o início do segundo problema que é sintetizado por Kant na questão: “como é possível uma posse meramente jurídica?” (Kant, 1983e, B 63). Essa pergunta e, sobretudo, a questão que a fundamenta – “como o conceito de posse exterior pressupõe o conceito de posse jurídica?” – são tratados diretamente, além do § 3, nos §§ 4 e 5. A etapa de transformação é exposta no § 3, a análise propriamente dita é realizada no § 4 e em parte do § 5. A resolução é apresentada no § 5.

O primeiro passo da “análise propriamente dita” no tratamento do segundo problema da semântica jurídica do direito privado (ainda que não exposto na estrutura do § 4) é descobrir quais são os possíveis objetos de posse. No quadro geral da doutrina kantiana do direito, há um objeto interno e dois objetos externos. A liberdade inata, determinada em conformidade com o axioma do direito (cf. Kant, 1983e, B 45), é o único objeto interno. Esse objeto (denominado também de direito inato), fundamento de todos os demais direitos, por ser um juízo analítico, é tratado diretamente somente nos “prolegômenos” da doutrina do direito. O professor de lógica e metafísica de Königsberg ocupa-se no desenvolvimento da “doutrina do direito” apenas com os objetos exteriores. Eles são descritos enquanto “algo fora de mim” e podem ser qualificados de objetos de posse física e de posse jurídica. No

⁹ O segundo parágrafo do § 2 não se reduz a uma mera nota de esclarecimento do postulado, em que se buscaria apenas explicitar a razão pela qual o axioma do direito não pode proibir a posse exterior.

primeiro caso, o objeto é designado como algo localizado noutra lugar, no espaço e no tempo, e, no segundo caso, enquanto algo distinto do sujeito humano (cf. Kant, 1983e, B 56). Essa caracterização dos objetos exteriores pode ser encontrada no § 1, bem como implicitamente nos §§ 4 e 5.

O segundo passo é a enumeração dos objetos exteriores do meu arbítrio. Eles são classificados por Kant segundo a categoria prática de relação entre o agente humano e os objetos exteriores em conformidade com as leis da liberdade, em: (a) uma coisa fora de mim (substância), (b) o arbítrio de outrem em relação a um determinado ato (causalidade), (c) o estado de outrem em relação a mim (comunidade) (cf. Kant, 1983e, B 59). O objetivo é demonstrar a completude, a existência e a unidade do conceito do meu e teu exterior. Esses objetos do arbítrio determinam o campo objetual da doutrina do direito e possuem o princípio de fundamentação do meu e teu externos.

O terceiro passo da segunda etapa analítica é a exemplificação da tese do § 3, em que se demonstra que o meu externo é fundamentado somente em uma posse não-física¹⁰. Após a exposição (metafísica) do conceito do meu e do teu exterior, o filósofo de Königsberg aplica a tese (ainda no § 4) de que a posse jurídica é a única condição de uso dos objetos externos do meu arbítrio a cada um dos três tipos de objetos exteriores. Quanto a uma coisa corpórea, fica determinado que “um objeto é efetivamente meu” no espaço, se, ainda que eu não o possua fisicamente, puder sustentar que o possuo de outra forma (posse não-física). Exemplos utilizados: maçã e um pedaço de terra. Referente à prestação de outra pessoa, posso qualificar de “minha” a prestação de algo pelo arbítrio de outro somente se puder defender que estou de posse do arbítrio do outro independentemente da posse restringida à condição temporal. Exemplo: transferência de promessa. No que diz respeito ao estado de outrem, posso afirmar de “minha” outra pessoa – pertencente ao regime doméstico de que faço parte – apenas se essa declaração não estiver sujeita às condições espaço-temporais ou ao exercício de coerção e for feita mediante a minha mera vontade. Exemplos: mulher, filho e criado. Em todos os casos, a subtração do que é meu fisicamente afeta efetivamente somente ao que é internamente meu (a liberdade) (cf. Kant, 1983e, B 60). Um prejuízo do direito exterior do arbítrio apenas ocorreria em caso de lesão da posse jurídica.

O quarto passo é construir, a partir de dados demonstrados, os elementos de início apenas efetivamente dados (definição do juridicamente meu). Segundo o filósofo prussiano, a definição nominal do meu e teu exterior é “aquilo fora de mim, cujo impedimento do meu uso arbitrário dele seria lesão (violação a minha liberdade que pode coexistir com a liberdade de todos segundo uma lei universal)” (Kant, 1983e, B 61). Essa qualificação refere-se à posse física, em que o arbítrio, mesmo com a máxima que, ao ser convertida em um princípio objetivo, estabeleça a impossibilidade objetiva do meu e do teu exterior não-físico, pode formalmente (*formaliter*) fazer o uso das coisas sem lesar o axioma do direito (cf. Kant, 1983e, B 57). Dado que para o asseguramento da realidade objetiva de um conceito a consistência lógica (explicação nominal) não é suficiente (cf. Kant, 1983e, 1983f, A 6), é necessário que se ofereça também uma definição real do conceito de meu e teu exterior (realidade objetiva) – em que se mostra a possibilidade real do referente designado pelo conceito. A definição real dos objetos externos do arbítrio reza “o meu externo é aquilo cuja perturbação no seu uso seria lesão, ainda que eu não estivesse de posse dele” (não seja detentor do objeto) (Kant, 1983e, B 61).

¹⁰ Esse procedimento nos faz lembrar da terceira tarefa da construção de um problema segundo a descrição de Proclus (cf. Heath, 1956, p. 129), no qual se exemplifica a coisa buscada, construindo ou indicando um caso em que ela se aplica.

Essa caracterização sintetiza o que já havia sido apontado no § 3, exemplificado no campo objetual da doutrina do direito no § 4 e assumido enquanto elemento efetivamente dado e confiável (definição do juridicamente meu) na transformação do problema originário do direito privado no § 1. É através desta definição real do meu e do teu exterior que ocorre a dedução metafísica da possibilidade objetiva do conceito de posse jurídica¹¹.

A última etapa da “análise propriamente dita” consiste em provar, a partir de premissas aceitas como verdadeiras, o que é buscado. No caso em questão, a possibilidade objetiva da posse inteligível para o uso do meu e teu exterior. O argumento kantiano pode ser assim resumido: (a) o conceito de posse pressupõe o conceito de posse jurídica; (b) a condição do uso do meu e teu externos é a posse jurídica; (c) a justificativa para a premissa anterior é feita através do “argumento da lesão”: a subtração de um objeto fisicamente meu implica na lesão a um direito interno e, no caso de perturbação no uso de um objeto juridicamente meu há lesão a um direito externo; (d) a premissa (b) é válida, já que se mostrou aplicável a todos os objetos exteriores do arbítrio; (e) conclui-se, dado que a única forma de ter posse de algo é juridicamente¹², que é necessário pressupor a posse jurídica para que seja possível a posse de objetos externos do meu arbítrio. O filósofo prussiano irá oferecer (além dessa concluída no § 5) novamente a prova da realidade objetiva prática da posse jurídica no final do § 6, agora, contudo, por via do postulado jurídico da razão prática.

Dentro desse quadro, a posse física é descartada enquanto condição de uso de um objeto exterior. Isso porque, por um lado, a razão prático-jurídica ocupa-se (apenas) com a determinação prática do arbítrio segundo leis da liberdade, e, por outro lado, a posse empírica é somente uma posse no fenômeno (*possessio phaenomenon*). Nem por isso o conceito de posse física é insignificante para a doutrina da posse kantiana. Este conceito é o ponto de partida para a formulação (e significação) da posse jurídica. É pela eliminação, autorizada pela lei da liberdade, das condições empíricas da posse (espaço e tempo) que se possibilita a extensão desse conceito de posse para o de posse não-física (jurídica). Conforme o filósofo de Königsberg, o conceito de posse de um objeto, no campo prático – ao inverso do que ocorre no especulativo –, não necessita do acréscimo de uma intuição *a priori* correspondente. O conceito de posse jurídica, bem como todos os objetos do meu e do teu exterior, está fundamentado na possibilidade do conceito de liberdade, a qual pode ser inferida somente da lei prática da razão (o imperativo categórico) enquanto um

¹¹ Os §§ 4 e 5, o § 6 e o § 7 desempenham funções similares (porém não idênticas) com, respectivamente, a exposição metafísica (incluindo dedução metafísica), a dedução transcendental e o esquematismo transcendental no procedimento de prova das categorias. A exposição metafísica no § 4 é, analogamente à caracterização dada em *Kritik der reinen Vernunft*, uma representação clara daquilo que pertence ao conceito de meu e do teu exterior, em que a exposição, para ser qualificada de metafísica, deve conter aquilo que exibe esse conceito (de meu e teu) enquanto dado *a priori* (cf. Kant, 1983b, B 38). A dedução metafísica, que está presente no § 4 – com a origem *a priori* do conceito do meu e teu exterior – e no § 5 – com a definição real do meu e do teu exterior –, pode ser interpretada enquanto um caso particular da exposição metafísica. A finalidade é provar a existência, a completude e a unicidade dos objetos exteriores efetivamente dados na transformação. A dedução transcendental, por sua vez, consiste na explicação do modo pelo qual conceitos que requerem um uso puro *a priori* podem se referir *a priori* a objetos que não são extraídos da experiência (cf. Kant, 1983b, B 117). O objetivo da dedução transcendental no § 6 é provar a necessidade do conceito do meu e teu exterior, mais precisamente, da realidade prática objetiva da posse jurídica. Já a etapa de aplicação do conceito de posse inteligível no domínio das ações efetivamente executáveis no § 7 é análoga ao procedimento de esquematismo transcendental operado com as categorias no âmbito especulativo.

¹² Segundo a terminologia kantiana: o correto é declarar “esse objeto é meu juridicamente” e não “eu tenho um direito sobre esse objeto”, tendo em vista que o direito já é uma posse inteligível de um objeto (eu possuo um objeto somente juridicamente). Sendo assim, a segunda expressão equivaleria a afirmar: eu tenho “uma posse a possuir” (cf. Kant, 1983e, B 62), o que carece de sentido.

fato (*Faktum*) da razão¹³, não representando, portanto, nenhuma ampliação para o conhecimento especulativo da razão, uma vez que a possibilidade desse conceito de liberdade não é susceptível de uma dedução especulativa (cf. Kant, 1983e, B 66-7). Consequentemente, a possibilidade de conceitos práticos como, por exemplo, o conceito de posse não-empírica, não pode ser demonstrada ou compreendida por si mesma (cf. Kant, 1983e, B 66, 72). Entretanto, isso não implica que a razão prática não é capaz (mesmo sem o auxílio/necessidade de intuições em geral) de se ampliar por si mesma (como já certificado pelo alargamento do postulado jurídico da razão prática) e, desta forma, formular proposições jurídicas sintéticas *a priori*.

No que diz respeito ao campo objetual do direito, vale notar que há uma diferença entre os objetos do direito e os objetos acessíveis ao nosso aparelho cognitivo na experiência possível. Os objetos do meu e teu exterior podem advir ou da razão prático-jurídica ou de aparecimentos. Os primeiros são derivados do conceito fundamental de liberdade prática, em conformidade com as categorias (cf. Kant, 1983e, B 59), e são reconhecidos meramente pelo puro entendimento. Os segundos são determinados em conformidade com as condições do espaço e do tempo e cognoscíveis somente através dos “sentidos” (cf. Kant, 1983e, B 62). A relação de posse sobre esses objetos é denominada respectivamente de posse inteligível e de posse física. Esses campos objetuais são totalmente separados um do outro. O campo numenal de objetos é formado por objetos formais do meu arbítrio segundo as leis da liberdade, os quais são denominados de “coisas em si mesmas” (*Sache an sich selbst*). O campo de objetos intuídos é formado pela matéria do objeto do meu arbítrio. O direito, por ser um construto da razão prático-jurídica e, enquanto tal, um conceito racional puro prático do arbítrio sob leis da liberdade, ocupa-se diretamente somente com as notas formais dos objetos do arbítrio (cf. Kant, 1983e, B 67). Logo, todos os objetos externos possuídos juridicamente (objetos formais do arbítrio) são numenais (“coisas em si mesmas”), em que o determinante é a ligação jurídica da vontade do sujeito com o objeto (cf. Kant, 1983e, B 69). No entanto, é somente pela ligação desse campo objetual do direito com o campo dos objetos empíricos (possibilitada pela abstração das condições empíricas dos aparecimentos) que a relação de posse jurídica e os seus objetos tornam-se possivelmente objetivos e efetivos (cf. Kant, 1983e, B 68-70). Para o filósofo prussiano, todos os objetos do meu e teu exterior, determinados pela liberdade no seu uso externo, independentemente do modo como são conhecidos, são objetos do arbítrio.

Como é possível uma proposição jurídica sintética *a priori*?

A solução do problema da posse exterior em geral e o da posse jurídica depende da solução da questão: “como é possível uma proposição jurídica sintética *a priori*?” (Kant, 1983e, B 63). Esse enunciado do terceiro problema confirma que a questão fundamental do direito é resolvida nos moldes do projeto crítico iniciado na *Kritik der reinen Vernunft*, o qual se apoia essencialmente em regras lógicas, no método de análise e síntese e, sobretudo, numa teoria do significado e da referência

¹³ O fundamento da semântica jurídica kantiana, a possibilidade do conceito de posse inteligível, é deduzido do postulado jurídico da razão prática. Esse postulado não é um imperativo categórico como a lei moral, porém um postulado problemático (uma lei permissiva, pois falta-lhe a coerção). Assim sendo, ele não pode gerar fatos da razão (a exemplo da lei moral), mas apenas permite que tais fatos sejam gerados por atos legislativos jurídicos *a priori* válidos ou ações externas legítimas. Em outros termos, fatos jurídicos da razão podem ser produzidos pelo o que os agentes humanos livres, influenciados pela razão prática, fazem de si mesmos (cf. Loparic, 2003, p. 504-505).

dos conceitos e dos juízos. A resolução desse terceiro problema semântico-jurídico envolve os §§ 6 e 7. No § 6 há, primeiro, a descrição desse problema e, depois, a dedução do conceito meramente jurídico de posse de um objeto exterior. Referente ao método combinado, esse primeiro momento corresponde à enunciação de um problema, e o segundo momento diz respeito à resolução do movimento analítico. Já o § 7 cuida de regras de aplicação desse conceito aos objetos da experiência. Essa tarefa é realizada por meio do esquematismo analógico e corresponde à primeira etapa (construção) do movimento de síntese. No tratamento desses passos, procederei de acordo com a ordem do texto original, com exceção do trecho entre B 64 e B 66¹⁴, iniciando pelo enunciado do problema.

Segundo o filósofo prussiano, por serem ditadas pela razão (*dictamina rationalis*), todas as proposições jurídicas são *a priori* (cf. Kant, 1983e, B 63). Como, por exemplo, a proposição original do direito “Este objeto externo é meu”¹⁵. No entanto, essa proposição pode ser, de acordo com o seu conteúdo, analítica ou sintética. Ela será (a exemplo do que ocorre com o enunciado do postulado jurídico da razão prática) analítica se o predicado “meu” for interpretado enquanto “meu fisicamente”, e será sintética se o pronome possessivo “meu” for pensado enquanto “meu juridicamente”. Nesse caso, como é notável, é o tipo de *relação de posse* que faz a diferença. Esse é o ponto decisivo para a análise semântica de Kant desses juízos no interior da doutrina do direito privado. No caso da posse empírica, há uma contradição imediata com o axioma do direito. No caso da posse inteligível, há uma contradição mediata com o axioma do direito.

No que se refere a essa proposição jurídica *a priori* relativa à posse empírica, ela é analítica porque não acrescenta nada mais do que é resultante dessa posse segundo o princípio de contradição. Conforme a tese apresentada no § 3 e justificada nos §§ 4 e 5, referente ao argumento da “lesão interior”, o arbítrio com a máxima de retirar (arrancar) objetos que estão ligados fisicamente a arbítrios de terceiros está em contradição direta com o axioma que prescreve agir exteriormente de tal modo que o uso livre do teu arbítrio possa coexistir com a liberdade de cada um segundo uma lei universal (cf. Kant, 1983e, B 34). Esse axioma do direito é válido tanto ao direito interno (inato) quanto ao direito externo (adquirido por um ato do arbítrio). Quanto à posse física, o axioma do direito se aplica ao direito interno, uma vez que este tipo de posse não vai “além do direito de uma pessoa em relação a si mesma” (cf. Kant, 1983e, B 63).

O caráter sintético dessa proposição jurídica *a priori* quanto à posse inteligível decorre de três elementos: (a) a possibilidade de posse de alguma “coisa externa a mim” destituída das condições espaço-temporais; (b) (consequentemente) a pressuposição da possibilidade da posse jurídica; (c) a posse sem retenção (*Inhabung*) enquanto necessária para o conceito de meu e teu exterior. O primeiro ponto é derivado do postulado jurídico da razão prática na sua aceção sintética *a priori* – no segundo e terceiro parágrafo do § 2. O segundo elemento é uma consequência desse postulado jurídico – como demonstrado no segundo parágrafo do § 2

¹⁴ Fazendo coro a grande parte da literatura especializada em Kant, desconsiderarei o fragmento entre B 64 e B 66, mais precisamente entre AA 250, 18 e AA 251, 36, enquanto parte integrante do texto do § 6. Esse trecho está deslocado – possivelmente devido a uma interpolação de editores ao texto kantiano. A linguagem, assim como o conteúdo – conceito de posse comum inata do solo, de vontade universal *a priori*, de aquisição originária do solo, de posse comum originária e de primeira tomada de posse – não se harmoniza com a dedução do conceito da posse jurídica exposta no final do § 6. O fragmento em questão é parte integrante, provavelmente, da primeira seção do segundo capítulo ou da própria introdução do segundo capítulo (§ 10) do direito privado.

¹⁵ Essa proposição é, do ponto de vista kantiano das categorias da lógica geral, afirmativa (qualidade), singular (quantidade), predicativa (relação) e assertórica (modalidade).

e reafirmado nos §§ 7¹⁶, 9¹⁷ e 14¹⁸. A terceira premissa deriva-se da certificação de que o meu exterior funda-se somente sobre uma posse jurídica – conforme a exposição do conceito de posse não-física no § 4. Esses dados ampliativos são novamente discriminados pelo filósofo prussiano nos dois últimos parágrafos do § 6 (cf. Kant, 1983e, B 66-7). Em outros termos, a posse inteligível se estende para além dos conceitos básicos do direito em geral por conter um direito do arbítrio para com objetos exteriores e não à própria liberdade. A aprioridade desse tipo de posse se deve à impossibilidade de provar um direito (do possuidor) e/ou obrigação (dos demais) – componentes do conceito de posse inteligível – mediante dados da experiência. Dadas essas características, a proposição jurídica de posse inteligível pode servir, segundo Kant, enquanto tarefa para a razão mostrar como é possível uma tal proposição sintética que se amplie *a priori* para além do conceito de posse empírica (cf. Kant, 1983e, B 64).

O último parágrafo do § 6 pode ser identificado enquanto exposição da dedução do conceito de posse inteligível. Esta dedução cumpre com a tarefa de provar a verdade das proposições encontradas ou de legitimar as construções feitas na “análise propriamente dita”. O que esclarece, por exemplo, que a prova da realidade objetiva do conceito de posse inteligível construída entre o § 3 e § 5 – e exposta no § 5 –, e a prova da realidade objetiva dada no final do § 6 são fundamentalmente a mesma. A primeira ocupa-se com a elaboração das premissas e a construção das provas, e a segunda é responsável por certificar-se de que essas construções estão corretas, por meio do ordenamento das premissas encontradas e pela prova da conclusão através de uma dedução. A última tarefa corresponde à etapa de resolução do método combinado, na qual se procura provar a *necessidade* da condição identificada na análise propriamente dita. No caso em questão, essa etapa tem o objetivo de garantir *a priori* a possibilidade objetiva da posse inteligível para o uso do meu e teu exterior, provando, para tanto, a sua necessidade.

A pressuposição de possibilidade objetiva de posse meramente jurídica é derivada da formulação sintética do postulado jurídico da razão prática – em que é um “dever jurídico agir em relação aos outros de tal maneira que o exterior (o utilizável) possa tornar-se o seu de qualquer um” (cf. Kant, 1983e, B 67) e (tudo indica) que o postulado jurídico autoriza (como sinalizado no final do § 2)¹⁹ esse dever de impor uma obrigatoriedade aos demais de respeitar os atos legítimos de posse particular de objetos externos do livre arbítrio. Já o ponto-chave para a dedução do conceito de posse inteligível (consequentemente de sua prova da realidade objetiva) é a tese do § 3. É necessário demonstrar que, se o uso de um objeto juridicamente meu for perturbado e/ou se um objeto juridicamente meu for retirado de meu controle, há lesão de um direito exterior. Essa prova não pode ser extraída imediatamente do axioma do direito. A solução é adotar um caminho indireto por via do postulado do direito da razão prática em sua aceção sintética *a priori*. Esse postulado prescreve

¹⁶ “Mas a possibilidade de uma posse inteligível e, por conseguinte, também a possibilidade do meu e do teu exterior não se deixa descortinar e tem de ser inferida do postulado da razão prática [...]” (Kant, 1983e, B 72).

¹⁷ “[...] mas porque, de acordo com o postulado da razão prática, todos têm a faculdade de ter como seu um objeto exterior do seu arbítrio, com o que toda a detenção é um estado cuja legitimidade se baseia neste postulado mediante uma ato de vontade que o antecede [...]” (Kant, 1983e, B 75-6).

¹⁸ “A possibilidade de um tal tipo de aquisição não se pode de nenhum modo compreender nem pode ser demonstrada com fundamentos, sendo antes a consequência direta do postulado da razão prática” (Kant, 1983e, B 85).

¹⁹ A referência ao postulado jurídico da razão prática no terceiro parágrafo do § 2 e no último parágrafo do § 6 indica a falta de precisão kantiana. No primeiro trecho, Kant descreve o postulado enquanto uma lei permissiva. Já no segundo fragmento, o filósofo afirma que o postulado emite um dever jurídico. Ocorre que uma lei permissiva não pode emitir uma ordem ou uma proibição, porém somente autorizar. Com a finalidade de driblar essa “incoerência”, pode-se afirmar que o postulado autoriza esse dever jurídico.

que a inviabilidade da posse exterior fere o axioma do direito (§ 2), isso porque, de acordo com o § 4, não há possibilidade de posse exterior (requerida no postulado) sem a possibilidade de posse jurídica (cf. Kant, 1983e, B 62). Levando em consideração que o postulado jurídico da razão prática é justificado pela demonstração do axioma do direito – que ele, enquanto lei da liberdade exterior, não pode impedir o uso da mesma liberdade do arbítrio sobre os seus objetos – pode-se concluir, indiretamente – mediante postulado e exposição do conceito de posse exterior –, a contradição entre a negação da posse jurídica e o axioma do direito, e, com isso, demonstra-se a realidade objetiva do conceito de posse meramente jurídica. O filósofo de Königsberg arremata essa dedução do conceito de posse inteligível por meio de um argumento construído de forma hipotética (se P, então, Q): “se é necessário agir de acordo com aquele princípio do direito, então deve ser também possível a condição inteligível (de uma posse meramente jurídica)” (Kant, 1983e, B 67). A necessidade de agir de acordo com o postulado jurídico da razão prática em seu sentido sintético *a priori* é demonstrada entre os §§ 3-5 (merecendo, como já dito, destaque a exposição do conceito do meu e do teu exterior no § 4). Isso explica por que essa parte da dedução não podia ser realizada logo após o enunciado do postulado jurídico da razão prática em sua forma geral (§ 2).

A realidade objetiva prática é dada, espelhada na especulativa, pelo cumprimento de duas condições: (i) pela demonstração *que* o conceito-problema contém os fundamentos de possibilidade da experiência²⁰; (ii) pela prova de *como* o conceito-problema pode ser aplicado aos objetos da experiência. A primeira tarefa quanto ao conceito de posse inteligível foi realizada (acima) na etapa de resolução do movimento de análise. Agora resta provar *como* o conceito de posse inteligível pode ser aplicado no domínio da práxis humana. Para tanto, é necessário identificar procedimentos que tornam praticamente real a ligação jurídica entre a vontade do agente humano livre e o objeto externo físico. Essa tarefa é efetuada por meio do esquematismo analógico (procedimento similar foi adotado com o conceito de coerção mútua universal externa) e corresponde à etapa de “construção”. O primeiro parágrafo do § 7 ocupa-se com este primeiro passo do movimento de síntese. A operação de “prova” inicia-se a partir do segundo parágrafo do § 7.

Na etapa de construção são construídos os dados efetivamente fornecidos na transformação, a partir de dados encontrados “na análise propriamente dita” e atestados enquanto legítimos na resolução. Posto que o conceito de direito é um conceito *a priori* da razão prática, ele não pode ser aplicado diretamente aos objetos externos sujeitos às leis do domínio de ações causais físicas e ao conceito de posse empírica, pensados segundo o uso especulativo da razão (cf. Kant, 1983e, B 68). É necessário um conceito intermediário entre, por um lado, o conceito de posse numenal e, por outro, os objetos da experiência – candidatos a possíveis meu e teu exteriores – e o conceito de posse física. A razão prática, mediante a sua lei jurídica (determinação do arbítrio segundo leis da liberdade), quer (e necessita) que esse conceito-ponte seja extraído do mundo fenomênico, porém, que contenha somente as suas condições *a priori*. Isso é possível por uma operação do entendimento especulativo, na qual são abstraídas as condições empíricas espaço-temporais do conceito de posse física e dos objetos do meu arbítrio enquanto aparecimentos. O resultado é o “conceito de posse em geral” do entendimento que opera, em vez de detenção (*detentio*) – enquanto representação de posse empírica – com o “conceito de ter” (*Begriffe des Habens*), comumente traduzido para o português por “conceito

²⁰ A dedução transcendental, operada na primeira *Kritik*, mostra que as condições *a priori* do conhecimento sintético encontradas (em particular, as categorias) se aplicam necessariamente a todos os objetos do conhecimento, inclusive aos aparecimentos ou objetos empíricos.

de posseção”; e, em vez de objetos dos sentidos – localizado numa outra posição no espaço e no tempo referente a mim e apenas defensável pela força física – com objetos externos somente distintos de mim e submetido à minha força coercitiva (*Gewalt*). É, desta forma, pela subsunção do conceito de posse em geral do entendimento especulativo sob o conceito de posse meramente jurídico da razão prática, que é garantida a realidade objetiva do conceito de posse inteligível. Essa é a solução do problema da possibilidade objetiva de proposições jurídicas sintéticas *a priori* e, se quiser, a do terceiro problema da semântica jurídica do direito privado de Kant.

A aplicabilidade do conceito de posse meramente jurídica ao domínio de ações causais físicas do entendimento especulativo não garante automaticamente a sua aplicabilidade ao domínio de ações humanas. O primeiro domínio de aplicação da posse numenal, exposto acima, garante, por exemplo: (i) que a declaração de posse jurídica é unicamente uma relação intelectual com o objeto numenal do meu arbítrio; (ii) que esse objeto é “meu”, porque a minha vontade, que se determina a usá-lo à discrição, não contradiz a lei da liberdade exterior (cf. Kant, 1983e, B 69); (iii) que a posse jurídica é válida enquanto uma legislação²¹. Legislação esta que, por impor uma obrigatoriedade sobre todos os demais – que de outra maneira não precisariam se abster do uso do objeto – é válida universalmente. O conceito de força, ou causa coercitiva, necessário para que essa obrigatoriedade seja respeitada, é o responsável pela aplicabilidade da posse jurídica ao domínio de ações efetivamente executáveis. Esse conceito *a priori* do entendimento pode ser, a exemplo do que já foi realizado com outros conceitos práticos, esquematizado analogicamente com o seu referente sensível. No âmbito do direito privado, o conceito de força coercitiva pode ser aplicado aos conceitos empíricos que denominam os *meus poderes causais físicos* – por exemplo, o poder das minhas armas – sobre um objeto externo (cf. Lopa-ric, 2003, p. 507). A segurança fornecida por essas forças de coerção (pensadas em termos empíricos técnico-práticos) é limitada, o que virá reforçar a necessidade de entrar num estado de direito civil. Como pode ser verificado no direito público em geral, o problema da aplicabilidade efetiva do conceito de posse jurídica da razão prática será reduzido ao da aplicabilidade efetiva do conceito de força coercitiva do entendimento especulativo.

Após a solução do terceiro problema da semântica jurídica do direito privado, Kant passa à etapa de “prova”. Nesta última etapa do método combinado, prova-se a proposição-problema a partir das premissas obtidas no final da “análise propriamente dita” e demonstradas como verdadeiras na resolução. Em geral, quando na transformação se empregam só elementos efetivamente dados e se opera na “análise propriamente dita” unicamente por meio de deduções lógicas, fazendo uso da técnica de *reductio ad absurdum*, a reversibilidade das premissas demonstradas torna trivial a “síntese propriamente dita”. Ainda que assim seja, o filósofo prussiano reapresenta os passos realizados no segundo e no primeiro problema da semântica jurídica.

A solução para o problema da possibilidade de uma posse meramente jurídica é reafirmada no início do segundo parágrafo do § 7. Segundo este trecho, posso declarar “esse objeto externo a mim é meu” se houver uma ligação meramente jurídica da vontade do meu arbítrio com esse objeto no entendimento especulativo, logo, com um objeto independente das relações espaço-temporais (cf. Kant, 1983e, B 69-70). O filósofo prussiano aplica novamente, similarmente ao feito no § 4, essa tese a cada um dos objetos do meu arbítrio externo segundo as categorias de substância, de causalidade e de comunidade (respectivamente, segundo, tercei-

²¹ O fundamento da validade dessa posse enquanto legislação é o “conceito do entendimento especulativo puro de posse em geral”, condição para o asseguramento da realidade objetiva do conceito de posse inteligível.

ro e quarto parágrafo). A contraprova é extraída em cada um dos três casos pela aplicação do recurso lógico de redução ao absurdo. Já os passos da solução para o problema da possibilidade do meu e do teu exterior são retomados nos últimos parágrafos do § 7 (a partir do quinto parágrafo)²². Os passos apresentados são os da possibilidade lógica dos conceitos de posse física e não-física, da possibilidade objetiva dos conceitos de posse jurídica e, por conseguinte, também da possibilidade do meu e teu exterior enquanto derivadas (e somente compreendidas através) do postulado jurídico da razão prática em seu sentido sintético *a priori*, o que, por sua vez, demonstra que a razão prática amplia-se *a priori*, pela simples eliminação de condições empíricas, conseguindo, desta maneira, estabelecer proposições jurídicas sintéticas *a priori* (cf. Kant, 1983e, B 72). Para finalizar, não se pode deixar despercebida a nota metodológica na última frase do § 7²³. Ela reforça não somente que Kant é um herdeiro do método combinado, mas que esse procedimento foi efetivamente aplicado na construção da doutrina do direito, legitimando a construção e a organização efetuada (acima) do problema fundamental da semântica jurídica de Kant.

Enunciação do problema da garantia dos juízos jurídicos

A solução dos problemas da possibilidade e da realidade objetiva do conceito de posse jurídica, tratados diretamente nos §§ 1-7, constitui somente os primeiros passos para a solução final do problema jurídico-político da paz perpétua. O novo ciclo de problemas se inicia com os §§ 8 e 9 (os §§ 15-17, 41-2, 44 vão na mesma direção) e pode ser assim sintetizado: Como posso estar seguro que ao requerer um objeto como meu (seja por uma declaração verbal ou por um ato) os outros irão reconhecer e respeitar a legitimidade desse meu ato jurídico unilateral? A solução desse problema é exposta na primeira parte do direito privado, no § 8 de forma sintética. De início se apresenta o resultado alcançado na etapa de resolução do movimento de análise (título) e em seguida se constrói a prova do problema em questão (primeiro parágrafo).

A origem desse novo problema está ligada ao conceito de força ou causa coercitiva, peça-chave na garantia da aplicabilidade do conceito de posse inteligível ao domínio de ações executáveis, utilizado na esquematização analógica do conceito de posse jurídica. De acordo com a regra universal da relação jurídica exterior – estabelecida pela esquematização por analogia do conceito de coerção mútua universal externa pela categoria de comunidade (causalidade recíproca, circular) com a lei física newtoniana de ação e reação (realizada na “Introdução à doutrina do direito”) – um ato jurídico, para ser válido, deve conter uma obrigatoriedade universal e recíproca. O que implica que, por exemplo, a declaração “este objeto externo é meu” deve incluir tanto uma obrigatoriedade dos demais de se absterem do objeto requerido por mim quanto o reconhecimento de que estou também obrigado a respeitar os outros quanto ao que é seu exterior. Ocorre que o conceito de força coercitiva, usado na esquematização analógica do conceito de posse jurídica, foi interpretado simbolicamente pela categoria de causalidade (uni-

²² Esses últimos parágrafos foram editados com recuo de página, o que indica uma nota explicativa.

²³ “[...] e, deste modo, possa estabelecer proposições jurídicas sintéticas *a priori*, cuja demonstração (como em breve se evidenciará) será depois aduzida de modo analítico numa perspectiva prática” (Kant, 1983e, B 72, grifo meu).

lateral, linear)²⁴. Segundo o filósofo, essa vontade unilateral (particular) quanto a uma posse externa, por ser acidental, não pode impor uma obrigação/coerção aos demais em conformidade com o axioma do direito. Soma-se a isso o fato de que uma vontade particular, se baseada em contingências e particularidades do sujeito, por não concordar com o axioma e o postulado do direito, não pode legitimar a tomada de posse de um objeto.

O cumprimento da obrigação jurídica externa, na qual estão encerradas as exigências de universalidade e de reciprocidade da obrigatoriedade decorrente de uma regra universal, sobre atos unilaterais legítimos pode ser somente garantida por “uma vontade que obriga a todos, sendo, portanto, coletiva, universal (comum) e detentora de poder” (Kant, 1983e, B 73). A única forma de organização social existente, com presença de uma legislação externa universal (pública) acompanhada de poder, é o estado civil. Logo, somente num estado civil pode haver um meu e teu *seguro* e sem violência. O que não acarreta que não haja no estado de natureza meu e teu exterior ou mesmo que esse estado seja sem valor na validação do estado de direito. O direito natural, decorrente de princípios *a priori* da razão prática, está tanto na base do direito no estado de natureza quanto no estado civil. A constituição civil é fundamentada no direito natural, de modo que ela tem suas raízes em princípios *a priori* e é complementada por leis empíricas. Assim sendo, essas leis estatutárias não podem violar o direito natural, conseqüentemente, os elementos válidos no estado de natureza também são válidos no direito público. O papel deste último, num primeiro momento, é garantir aquilo que foi fixado e determinado no estado de natureza (cf. Kant, 1983e, B 194). De onde decorre (e adquire sentido) a prerrogativa do direito, advinda do estado de posse empírica: “felizes são aqueles que têm a posse” (*beati possidentes*) (cf. Kant, 1983e, B 75). Obviamente, toda a legitimidade dos atos realizados no estado de natureza decorre de seu enfoque no estabelecimento do estado jurídico. Neste sentido, pode se afirmar, por exemplo, que há no estado de natureza (meramente) uma posse provisória (física) (cf. Kant, 1983e, B 74) e que a posse efetiva (jurídica) é alcançada somente com a efetivação do direito. Quando tal ocorre, o ato unilateral do sujeito de posse passa a poder ser pensado enquanto incluído na vontade universal unida *a priori*, de maneira que há uma concordância da minha vontade unilateral com uma necessidade da própria liberdade segundo leis universais de permitir a posse (cf. Kant, 1983e, B 85) e, com isso, a legitimação da tomada de posse.

O postulado jurídico da razão prática em sua acepção sintética *a priori* é fundamental não somente para a possibilidade objetiva do conceito de posse jurídica, porém também para a passagem do estado de natureza para o estado civil (no primeiro capítulo do direito privado). Esse postulado, que prescreve que ao sujeito é possível ter como seu qualquer objeto externo, autorizou, primeiramente, a coagir os demais de se abster de determinados objetos do arbítrio do sujeito deste que esse tenha sido o primeiro a ter a posse provisória do objeto²⁵, autoriza agora a “forçar todo outro, com quem chega a se envolver num conflito sobre o meu e o teu relativamente a um tal objeto, a entrar com ele num estado governado por uma constituição civil” (Kant, 1983e, B 73; cf. B 87). Trata-se de uma permissão adicional ao postulado, similar à exposta no § 2. Esta ampliação *a priori* da própria razão prático-jurídica, que, diga-se de passagem, já foi formulada en-

²⁴ A esquematização analógica dos conceitos de coerção mútua universal externa e de posse jurídica é similar, mas não idêntica. A semelhança está no fato de que esses conceitos jurídico-práticos foram interpretados mediante conceitos causais (relações causais) do entendimento especulativo. A diferença está no tipo de conceitos causais em que foram aplicados – respectivamente, causalidade recíproca e circular, e causalidade unilateral e linear.

²⁵ A legitimidade dessa coerção é reforçada pela disposição do sujeito de ingressar no estado civil. No final do § 16, o filósofo qualifica essa autorização dada ao agente de defender a sua posse provisória enquanto um “favor da lei”. Essa concessão é válida até que todos os demais sujeitos estejam de acordo com a implementação do estado jurídico (cf. Kant, 1983e, B 92).

quanto postulado (político fundamental) no escrito *Zum ewigen Frieden* (cf. Kant, 1983d, B 19n), é justificada no § 9. A vontade de todo aquele que perturba a posse provisória de um objeto do arbítrio por um sujeito que almeja adentrar num estado civil deve ser vista enquanto unilateral, ainda que seja de um grupo quantitativo representativo. A força coercitiva legal é somente advinda da vontade coletiva e com poder, a qual exige a implementação e o estabelecimento da constituição civil. Essa força pode ser também aplicada enquanto legítima no período anterior à constituição, desde que se a tenha em vista. O estado jurídico é o almejado porque nele (i) fica garantido a possibilidade de usar o objeto do meu arbítrio, evitando, assim, a sua anulação em sentido prático (cf. Kant, 1983e, B 76); (ii) posso estar seguro de que os outros irão reconhecer e respeitar a legitimidade do meu ato unilateral, possibilitando, dessa forma, a aproximação, por meio de atos jurídico-políticos, da paz universal e permanente. A implementação da constituição civil é, enquanto dever da razão prático-jurídica, objetivamente necessária, ainda que sua realidade seja subjetivamente accidental (cf. Kant, 1983e, B 86).

A passagem do estado de natureza para o estado civil marca a transição do livre arbítrio individual para a teoria da vontade universal unida *a priori*. Nesse processo, dois conceitos e um postulado se destacam: o próprio conceito de vontade universal e legisladora, o postulado jurídico da razão prática (em sua segunda ampliação) e o conceito de força coercitiva. Este último (como dito) desempenha um papel central na semântica jurídica, dada a necessidade do uso de força coercitiva universal e com poder (ainda que venha a ser exercida por um único sujeito em prol de um estado jurídico) para o asseguramento da posse jurídica, bem como para obrigar os outros a ingressarem na constituição civil. Tal uso da força no estado de natureza é legítimo e assegurado pela sua conformidade com a ideia de vontade coletiva universal *a priori* dotada de poder, logo, também com a ideia de estado civil.

O emprego do método combinado e da teoria semântica não se reduz somente ao primeiro capítulo do direito privado. Ele é utilizado no decorrer de todo o texto do direito privado (e também no texto do direito público). Como, por exemplo, no segundo capítulo do direito privado. O problema da primeira seção consiste em responder a pergunta: como é possível um direito a uma coisa²⁶? Os dados desta problemática são apresentados no § 10. A etapa de transformação encontra-se no § 11. A análise propriamente dita é desenvolvida nos §§ 12-16. No § 17, que se ocupa com a dedução do conceito da aquisição originária, há várias etapas envolvidas. Os primeiro e segundo parágrafos podem ser identificados enquanto resolução do problema. A etapa de construção do movimento de síntese, em que há a esquematização do conceito, é desnecessária. Conforme o segundo parágrafo do § 17, o conteúdo do conceito jurídico da razão (fora de mim) pode somente ser subsumido por um conceito do entendimento puro, a saber, de *ter* um objeto externo sob meu controle. Ocorre que a esquematização desse conceito já foi realizada no § 7, não sendo necessário repeti-la. O passo seguinte é a exposição da prova, feita a partir do terceiro parágrafo. Na etapa de análise fica provado *que* o conceito de aquisição numa comunidade originária do solo (e o conceito de vontade coletiva universal *a priori*) tem realidade objetiva²⁷. A esquematização por analogia do conceito da

²⁶ Pergunta similar encontra-se também subjacente às outras duas seções do segundo capítulo, sendo especificada de acordo com a divisão da aquisição do meu e teu exterior exposta no final do § 10.

²⁷ A hipótese de que os conceitos de aquisição comum originária e de vontade coletiva universal *a priori* fazem (ou deveriam fazer) parte da dedução do conceito de posse jurídica, já que ambos os conceitos são apresentados pelo filósofo enquanto condições da posse exterior, é incorreta. É a possibilidade da posse jurídica que implica a construção de ambos os conceitos, e não o inverso. Em outros termos, o postulado jurídico da razão prática ao requerer a autorização de posse do meu e teu exterior, a fim de que o uso dos objetos do livre arbítrio seja possível, exige também que originalmente a posse seja comum e que o ato de apropriação seja decorrente de uma vontade coletiva universal *a priori*.

razão de posse jurídica, realizado anteriormente, demonstra *como* esse conceito de aquisição contém realidade objetiva.

Os conceitos centrais dessa primeira seção do segundo capítulo do direito privado são: aquisição originária, comunidade originária do solo, posse comum e vontade coletiva universal unida *a priori*. De acordo com Kant, nada externo é originalmente meu, podendo/devendo ser originalmente adquirido. O conceito de aquisição original (tomada de posse original), baseado nesta tese (exposta no § 10)²⁸, requer o conceito de comunidade originária do meu e do teu exterior, do qual, consequentemente, deriva (fundamenta) o conceito de posse comum do solo. Essa comunidade originária deve ser adquirida por um ato jurídico externo – fundada, portanto, em princípios *a priori* da razão prático-jurídica (distinta da comunidade primitiva) –, embora a posse de um objeto exterior possa ser originalmente somente posse em comum, dado a forma esférica da superfície da terra (cf. Kant, 1983e, B 84). A posse comum originária é a condição sob a qual eu tenho “legitimidade” para excluir qualquer outro do uso privado de uma coisa²⁹. A aquisição originária aplica-se somente às substâncias³⁰ e provém da vontade unilateral, mas (como dito) é somente válida se esta estiver em harmonia com a vontade de todos em prol de uma legislação universal. Desta maneira, o objeto externo meu apropriado é legitimado, já que todos os passos envolvidos, desde a tomada física de posse de um objeto do arbítrio (que a ninguém pertence), passando pela declaração de posse e de sua defesa, até o ato de apropriação desse objeto, são jurídicos, logo, provenientes da razão prática (cf. Kant, 1983e, B 78). Onde já se pode também reconhecer a “função” da vontade coletiva universal unida *a priori* enquanto suprema condição formal para a efetivação da posse jurídica do meu e teu exterior. Uma análise detalhada e completa dos segundo e do terceiro capítulos do direito privado será deixada para um outro momento.

Considerações finais

A problemática fundamental jurídica do direito privado, em Kant, quanto ao método combinado e a teoria semântica, pode ser esquematizada da seguinte maneira: O que se busca (problema) é o uso externo da liberdade controlado racionalmente e sem pancadaria. Na etapa de análise são procurados (a) as condições de algo e (b) o conceito a ser aplicado. Na transformação é dado (efetivamente) que uma ação externa seja possível (isto é, que objetos externos do arbítrio são possíveis). As condições necessárias desta tese, investigadas na análise propriamente dita, são: (a) *ter posse* para o asseguramento do uso externo da liberdade (deduzir condições desta pressuposição), (b) ter uma relação de posse, (c) essa relação de posse deve ser jurídica (inteligível), (d) tal posse deve ser garantida *a priori*. Logo, a condição geral é que seja *a priori* possível ter relação de posse jurídica. Na resolu-

²⁸ Essa premissa, bem como a apresentada no início do § 1, em que se afirma que a posse é a condição subjetiva da possibilidade do uso em geral, são pontos de partidas efetivamente dadas, indemonstradas e (mesmo assim) fundamentais para a argumentação, respectivamente, do primeiro capítulo e da primeira seção do segundo capítulo do direito privado.

²⁹ O direito a uma coisa fundamenta-se na relação de uma pessoa a pessoas relativa ao uso privado de uma coisa e é somente possível na pressuposição de posse comum originária (cf. Kant, 1983e, B 80-2).

³⁰ A primeira aquisição nessa comunidade originária pode somente ser o solo (terreno habitável). A razão, para tanto, é simples: “em sentido teórico, os acidentes não podem existir fora da substância, assim no prático o que se move sobre o solo tampouco pode ser considerado por alguém como seu, se previamente não se aceita que este solo se encontra em sua posse jurídica (como seu)” (Kant, 1983e, B 82). Por conseguinte, a questão do meu e do teu é primeiramente um problema quanto à posse externa do solo, sendo o que está sobre ele possuído por decorrência.

ção, é provada a legitimidade das condições *a priori* identificadas na transformação. Pergunta-se: há como garantir *a priori* a possibilidade de uma posse inteligível (dado que, uma vez que se tenha posse inteligível, ela tem que ser garantida *a priori*)? Em seguida se pergunta: como é possível a posse inteligível? E ainda: como são possíveis juízos sintéticos *a priori* da posse jurídica (do direito privado)? O resultado alcançado é o de que a “pressuposição” do uso externo racional da liberdade sem violência pode ser assegurada por essas e aquelas condições deduzidas. Na etapa de síntese, tomam-se essas condições e se gera esse algo. Na construção, é feita a esquematização analógica do conceito de posse inteligível (de maneira indireta pelo conceito de posse em geral). Na prova, são expostos os passos realizados, contudo, agora na ordem inversa (descendente) da análise. Vale ainda notar que Kant empregou exclusivamente deduções lógicas a partir de elementos expostos enquanto efetivamente dados e verdadeiros na fase inicial nas três questões que compõem o problema fundamental da semântica jurídica do direito privado, o que torna, a princípio, a reversibilidade dos passos trivial.

A legitimidade de uma leitura semântica dos princípios metafísicos do direito privado pode ser facilmente deduzida no texto kantiano, seja quando Kant apresenta, enquanto questão fundamental do direito privado, a pergunta pela possibilidade de uma proposição sintética *a priori* sobre o direito; seja quando demonstra como é possível o direito em cada um dos três objetos do arbítrio. Tudo indica que o filósofo de Königsberg tenha estruturado o direito público de acordo com as mesmas diretrizes do direito privado. O diferencial é que, no direito público, os passos efetuados não foram expostos minuciosamente, como o realizado no direito privado. O resultado é uma desproporção no tamanho das seções, que, aliás, acentua-se gradualmente ao se passar do direito do Estado para o direito cosmopolítico³¹. A razão disso encontra-se no conteúdo e não no método das seções do direito público. A relativamente por-menorizada abordagem do conteúdo do direito privado deve-se à presença de uma bibliografia razoavelmente sólida e com reputação científica na segunda metade do século XVIII; entre elas, cabe mencionar os trabalhos de Achenwall (1763). Já quanto ao conteúdo do direito público, a situação era diferente: dada a quantidade e a qualidade das discussões em andamento (desprendidas basicamente pela Revolução Francesa). De forma que Kant considerou sensato postergar a emissão de um juízo definitivo sobre essa matéria. Essa solução, todavia, segundo o filósofo prussiano (cf. Kant, 1983e, B X), não prejudica a construção do “sistema” dos princípios metafísicos do direito público, visto a fácil dedução do método de construção e operação deste sistema a partir dos princípios metafísicos do direito privado.

Referências

- ACHENWALL, G. 1763. *Juris naturalis pars posterior complectens jus faliliae, jus publicum et jus gentium*. Göttingen. Disponível em: <http://virt052.zim.uni-duisburg-essen.de/Kant/achenwall/>. Acesso em: 16/04/2010.
- HEATH, T.L. 1956. *The thirteen books of Euclid's Elements*. New York, Dover Publications, vol. III, 546 p.
- KANT, I. 1983a. Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik, die als Wissenschaft wird auftreten können. In: I. KANT, *Werke in sechs Bänden*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, vol. III, p. 113-264.

³¹ O direito privado ocupa 105 (A) e 136 (B) páginas – correspondentes aos §§ 1-42 – das 182 (A) e 213 (B) páginas dedicadas a ambas as partes dos princípios metafísicos do direito. O direito público é tratado em 76 (A) e 76 (B) páginas – correspondentes aos §§ 43-62 –, sendo que 53 páginas são destinadas ao direito do Estado (§§ 43-52), 13 páginas ao direito dos Estados (§§ 53-61) e somente 2 páginas ao direito cosmopolita (§ 62). A conclusão geral escrita em 3 (A) e 4 (B) páginas.

- KANT, I. 1983b. Kritik der reinen Vernunft. In: I. KANT, *Werke in sechs Bänden*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, vol. II, p. 1-724.
- KANT, I. 1983c. Kritik der praktischen Vernunft. In: I. KANT, *Werke in sechs Bänden*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, vol. IV, p. 103-302.
- KANT, I. 1983d. Zum ewigen Frieden. In: I. KANT, *Werke in sechs Bänden*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, vol. VI, p. 191-251.
- KANT, I. 1983e. Metaphysische Anfangsgründe der Rechtslehre. In: I. KANT, *Werke in sechs Bänden*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, vol. IV, p. 303-499.
- KANT, I. 1983f. Metaphysische Anfangsgründe der Tugendlehre. In: I. KANT, *Werke in sechs Bänden*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, vol. IV, p. 501-634.
- KOSLOWSKI, P. 1985. *Staat und Gesellschaft bei Kant*. Tübingen, Mohr, 56 p.
- LOPARIC, Z. 2003. O problema fundamental da semântica jurídica de Kant. In: P. SMITH; M.B. WRIGLEY (orgs.), *O filósofo e a sua história*. Campinas, Unicamp/CLE, p. 481-524.

Submetido em: 20/09/2009

Aceito em: 01/03/2010